

# POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA EM CIDADES MÉDIAS E AGLOMERADOS NÃO METROPOLITANOS: OS CASOS DO AGLOMERADO URBANO SUL (RS) E DE CARUARU E ENTORNO (PE) EM 2006

Eduardo Miguel Schneider\*  
Mario Marcos Sampaio Rodarte\*\*  
Lúcia dos Santos Garcia\*\*\*

## 1 INTRODUÇÃO

Estudos recentes apontam que as cidades do interior brasileiro – especialmente as de porte médio – vêm constituindo-se em polos de atração de novos investimentos que, por sua vez, dinamizam as estruturas produtivas e os mercados de trabalho destas cidades. De tal sorte que, nestes municípios, o ritmo de geração de novos postos de trabalho – e, portanto, de oportunidades de emprego – estaria acima do registrado nas grandes metrópoles brasileiras. Assim, reforça-se a necessidade de desenvolvimentos metodológicos para a realização de pesquisas que forneçam estatísticas sobre o mercado de trabalho das cidades médias, contemplando esta grande heterogeneidade. O propósito torna-se ainda mais relevante ao se levarem em consideração a renovação das concepções e estratégias de desenvolvimento local e o debate sobre a descentralização das políticas de trabalho e renda (Resolução nº 466/2005 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT). Em consonância a isto, demandam-se informações atualizadas sobre a estrutura e a dinâmica destes mercados de trabalho, que possam subsidiar a gestão eficiente das políticas municipais de trabalho e renda por parte dos atores locais envolvidos nesta temática.

Os organizadores da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), em convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), aceitaram o desafio de desenvolver e testar um modelo de pesquisa sobre o mercado de trabalho local brasileiro que viesse a preencher essa lacuna no sistema nacional de estatísticas do trabalho. No escopo deste convênio, foram realizadas duas pesquisas-piloto no interior do Brasil: uma em Caruaru (PE) e entorno, e outra no Aglomerado Urbano Sul – nucleado por Pelotas (RS).

Cabe mencionar que as duas pesquisas trazem também novas informações sobre a política pública e privada de intermediação de mão de obra em nível local (destacando os principais vetores explicativos da *procura de trabalho frutífera*). Tal assunto, porém, não foi trabalhado no escopo deste estudo, pois se julgou que a análise dessas estatísticas merece um trabalho de maior fôlego, que exigirá outro, específico.

---

\* Coordenador da Pesquisa de Emprego e Desemprego da região metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA) pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). E-mail: ems@dieese.org.br.

\*\*Professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFMG), pesquisador do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da UFMG e coordenador da PED da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) pelo Dieese. E-mail: mrodarte@cedeplar.ufmg.br.

\*\*\*Economista e coordenadora técnica do Sistema PED pelo Dieese. E-mail: lucia@dieese.org.br.

## 2 NOTAS METODOLÓGICAS E PRIMEIROS RESULTADOS IMPORTANTES

No projeto intitulado Aperfeiçoamento do Sistema PED e Desenho de Novos Indicadores e Levantamentos, desenvolvido no âmbito do Convênio MTE/SPPE<sup>1</sup>/CODEFAT nº 098/2005, executaram-se duas pesquisas-piloto no interior do Brasil, buscando a articulação do sistema de estatísticas aos novos desafios locais à gestão das políticas públicas de trabalho e renda. Estas investigações objetivaram a geração de informações para subsidiar a elaboração de políticas públicas de ocupação, emprego e renda, bem como a avaliação da sensibilidade da metodologia PED (consagrada na aferição dos mercados laborais metropolitanos) para a caracterização do uso da força de trabalho também em polos urbanos do interior.

Para o empreendimento de tamanho desafio, foi necessário proceder-se a adaptações metodológicas tanto nos instrumentos de coleta e manuais de orientação da PED quanto nos próprios procedimentos para a execução da pesquisa. Por fim, o teste da metodologia PED no interior resultou na ampliação do escopo temático da pesquisa para além da reformulação de questões e incorporação de novos quesitos. A investigação passou a incluir questões sobre a transferência de renda governamental a domicílios, iniciativas de qualificação profissional para o conjunto da população em idade ativa (PIA), bem como outras políticas públicas como as de intermediação de mão de obra e de crédito aos empreendedores. Com isto, buscou-se tanto uma maior proximidade à realidade dos mercados de trabalho localizados fora do eixo metropolitano como a realização de testes com o propósito de ampliar a capacidade da PED e gerar subsídios para a formulação e o monitoramento de políticas públicas.

Além das adaptações de ordem metodológica, foi necessário identificar polos urbanos do interior brasileiro que, ao atenderem alguns requisitos básicos, pudessem se constituir em objetos de estudo também enriquecedores desta experiência.

Nesse processo, os principais critérios eleitos apontaram para a seleção de duas regiões, distantes entre si, que apresentassem diferenças visíveis em suas trajetórias recentes de desenvolvimento e, finalmente, que pertencessem a Unidades Federativas já investigadas pela PED. Estes requisitos teriam como função o direcionamento e a focalização do subprojeto, de forma a garantir que fossem abarcadas duas realidades distintas tanto do ponto de vista da regionalização quanto da intensidade de utilização da força de trabalho, além de tornar possível a comparabilidade com os resultados já captados nas áreas metropolitanas.

Mediante esses critérios, foram selecionadas as regiões nucleadas pelos municípios de Caruaru, no agreste pernambucano, e de Pelotas, situado na metade meridional do Rio Grande do Sul. Além de atenderem ao conjunto das condições mencionadas, sabidamente estas áreas despertam grande interesse público em nível federal e regional por se constituírem, respectivamente, em polos de desenvolvimento e estagnação econômica.

No Aglomerado Urbano Sul, adensamento urbano mais ao sul do país, foram pesquisados os domicílios situados nos municípios de Arroio do Padre, Capão do Leão, Pelotas, Rio Grande, São José do Norte, São Lourenço do Sul e Turuçu. Por sua vez, no agreste pernambucano, a área de abrangência da investigação realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) abarcou os municípios de Bezerros, Caruaru, Gravatá, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama. Cabe mencionar que as informações utilizadas para a análise apresentada a seguir resultaram de inquérito domiciliar realizado, simultaneamente, em 4.500 domicílios de cada uma das duas áreas investigadas entre setembro e novembro de 2006.

1. Secretaria de Políticas Públicas de Emprego.

Em grande medida, os principais resultados das pesquisas demonstram que se reproduz no chamado interior brasileiro a heterogeneidade do espaço laboral metropolitano, registrada pela metodologia PED há mais de 20 anos.

Como referido, para esta experiência escolheu-se uma região sabidamente estagnada no sul do país – o Aglomerado Urbano Sul –, para a qual inexistiam informações sobre o trabalho. O que se verificou neste espaço foi a existência de uma taxa de desemprego total superior a qualquer expectativa (20,8% da população economicamente ativa – PEA), similar às apuradas pela PED nas regiões nordestinas com maior dificuldade de absorção da força de trabalho.

Também foi selecionada uma região economicamente pujante no nordeste do país, que atrai atenção por se tratar de um polo em desenvolvimento econômico em uma área historicamente empobrecida e carente de oportunidades de trabalho. Na área denominada Caruaru e entorno, se aferiu uma intensa atração do mercado de trabalho e baixo desemprego (13,7% da PEA).

Nas duas regiões, todavia, encontrou-se, além de uma força de trabalho com características muito semelhantes à da metropolitana – majoritariamente masculina e parcamente escolarizada –, as mazelas das discriminações de segmentos sociais (vale sexual e/ou racial, seja etária). Adicionalmente, o interior nordestino e gaúcho, tão distantes, têm em comum a grande vulnerabilidade de sua força de trabalho. Esta, quando ocupada, em grande proporção não acessa seus direitos trabalhistas por não manter contratos assalariados registrados em carteira de trabalho ou por se submeter ao vínculo de autônomo exclusivo com uma empresa.

As duas sociedades investigadas guardam ainda como semelhança a desigualdade entre condições de trabalho e rendimentos, mediante as mais variadas formas de inserção ocupacional. Verificou-se também que os rendimentos nestes aglomerados do interior são muito baixos, situando-se em torno de 20,0% abaixo dos percebidos em igual período nas regiões metropolitanas de Porto Alegre e do Recife.

Por fim, em termos da metodologia de análise deste estudo, cabe mencionar que o critério de renda eleito para investigar a inserção no mercado de trabalho e a importância de diferentes políticas de trabalho e renda refere-se à renda disponível por indivíduo, com a formação de grupos definidos por quartis de renda familiar *per capita*.

### **3 SITUAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO**

Em consonância com a perspectiva analítica supracitada, observa-se que no Aglomerado Urbano Sul, no primeiro grupo (formado por indivíduos membros de 25% das famílias mais pobres), a renda era de R\$ 71 em média, ao passo que no grupo 4 (com indivíduos integrantes das famílias mais abastadas, definidas pelo quartil superior), era de R\$ 1.213. Em Caruaru e entorno, estes valores eram de R\$ 55 e R\$ 778 respectivamente, a preços de julho de 2008.

O elevado hiato entre os extremos de renda disponível por membro da família assume contornos tão desiguais não somente devido às diferenças de renda média total entre os grupos 1 e 4, mas também pelos distintos tamanhos das famílias, que são mais numerosas entre os mais pobres.

Essa elevada diferença de renda está diretamente relacionada com os diferenciais de inserção dos segmentos populacionais na força de trabalho. Desta forma, o maior grau de alijamento do mercado de trabalho, sobretudo no grupo 1, em ambas as regiões, é indicado

primeiramente pela taxa de participação. Neste grupo, observou-se, tanto na região gaúcha quanto na pernambucana em estudo, que pouco menos da metade da PIA estava inserida na força de trabalho (48,8% e 48,2%, respectivamente). A menor taxa de participação, nestes casos, deve ser entendida como reflexo da baixa atratividade do perfil deste segmento à demanda de trabalho, situação sugerida pelas elevadas taxas de desemprego.

Os indicadores de ocupação também possuem particularidades por grupo de renda, quase sempre indicando diferenciação qualitativa dos postos de trabalho. Neste sentido, os dados da PED possibilitam dizer que os ocupados por grupos de renda estavam identificados com formas específicas de inserções e áreas de atuação. Os ocupados pertencentes aos 25% das famílias mais abastadas estavam alocados, em especial, nos serviços – comparados aos demais grupos de renda, os ocupados deste segmento de renda eram caracterizados pela proporção mais elevada de assalariados no setor público

No outro extremo, entre os ocupados dos grupos 1 e 2, havia maior participação de indivíduos inseridos nos serviços domésticos e na construção civil – em detrimento da proporção ocupada em serviços. Contudo, ainda era este o setor que absorvia maior parcela de ocupados – o que também ocorria nos demais segmentos de renda. A inserção mais vulnerável no mercado de trabalho dos grupos de menor renda é também sugerida pelas formas mais frágeis de contratação. Por exemplo, no Aglomerado Urbano Sul, destaca-se a forte inserção nos serviços domésticos, e em Caruaru e entorno, o fato de o assalariamento sem carteira de trabalho assinada chegar a superar o com carteira.

Percebeu-se também que os tipos das famílias<sup>2</sup> mantinham estreita ligação com a renda familiar disponível por membro. No grupo 1, a proporção de famílias monoparentais era maior que a existente nos demais grupos, o que corrobora estudos anteriores que mostram a maior vulnerabilidade social das famílias com esta conformação. Nos segmentos sociais de rendimento mediano, em especial nos grupos 2 e 3, predominava a forma mais tradicional de organização familiar, estruturada pela formação de um núcleo conjugal com seus filhos.<sup>3</sup> Entre as famílias mais abastadas, por sua vez, era menor a frequência de famílias com filhos (sejam as monoparentais, sejam as nucleares com filhos) e maior o peso das famílias unipessoais e nucleares sem filhos, o que indica o efeito do menor número de dependentes na determinação de uma maior renda *per capita*.

## 4 POLÍTICAS DE EMPREGO E RENDA

### 4.1 Qualificação de mão de obra

A demanda realizada de qualificação profissional por vias formais, por meio de cursos ou treinamentos, é estreitamente relacionada com a renda familiar disponível. Comparando-se os extremos de renda, constata-se que pouco menos de 10% dos indivíduos de 10 anos ou mais pertencentes às famílias abaixo do quartil mais baixo no Aglomerado Urbano Sul haviam participado de alguma forma de qualificação profissional nos doze meses anteriores à pesquisa. Conforme a renda se eleva, este percentual aumenta gradativamente, chegando a atingir quase um quarto dos indivíduos adultos do quarto de renda mais elevado. Na região pernambucana analisada, os percentuais eram expressivamente menores, mas continham a mesma relação direta com a renda familiar *per capita*.

2. Unipessoal, monoparental (com chefia feminina), nuclear com filhos (com chefia masculina), nuclear sem filhos e outros.

3. Não obstante as famílias nucleares serem o tipo de arranjo familiar prevalecente em todos os grupos de renda familiar *per capita*.

De todos os egressos de cursos e treinamentos profissionalizantes, mais da metade financiou com recursos próprios os seus estudos. Esta constatação é particularmente mais grave quando se refere ao segmento dos 50% com menor renda, dada a mais escassa disponibilidade de recursos por membro da família. Também se observa que a qualificação gratuita logra atingir maior cobertura justamente nos segmentos que mais poderiam custear sua própria qualificação: os indivíduos do grupo 4.

Tal como no caso da educação, deve-se considerar que a qualificação profissional determina e, ao mesmo tempo, reflete uma melhor inserção profissional. A relação entre maior qualificação profissional e qualidade da ocupação é observada em diversos indicadores na PED, sendo o rendimento médio dos ocupados um dos mais importantes. Em ambas as regiões pesquisadas, a renda dos ocupados egressos de cursos e treinamentos profissionalizantes era, em média, expressivamente maior que a renda dos ocupados que não haviam se qualificado nos últimos 12 meses.

A menor frequência de ocupados cobertos pela previdência entre os não qualificados *vis-à-vis* os qualificados também corrobora a maior vulnerabilidade a que estão sujeitos os menos qualificados. No caso específico do Aglomerado Urbano Sul, esta maior vulnerabilidade por conta do menor conhecimento profissional também se manifesta na maior dificuldade de encontrar trabalho observada entre os desempregados sem qualificação recente, identificada pelo seu maior tempo de procura. Entretanto, no caso de Caruaru e entorno a inversão entre estas duas variáveis pode estar associada às políticas de qualificação voltadas ao atendimento de desempregados com maiores dificuldades – ou seja, mesmo com maior qualificação, a desvantagem destes desempregados em outros atributos importantes no momento da contratação faz com que despendam mais tempo na procura por trabalho.

Por trás do menor acesso a formas gratuitas de qualificação profissional pelo segmento da população mais pobre, estão os pré-requisitos mais frequentes exigidos dos candidatos potenciais. Tanto no Aglomerado Urbano Sul como em Caruaru e entorno, ser estudante (ou ter maior escolaridade) e/ou ser indicado por empregador quase sempre eram, na perspectiva dos entrevistados, condições necessárias para o acesso ao curso ou treinamento profissionalizante gratuito. Daí se pode extrair que as condições de elegibilidade para se obter qualificação – que poderiam permitir melhor inserção social – estão na grande maioria dos casos relacionadas a elementos que conferem melhor inserção social prévia, o que sugere uma cristalização das condicionantes das desigualdades de inserção no mercado de trabalho.

Em relação ao perfil dos indivíduos por qualificação profissional, notou-se sua estreita relação com o perfil jovem, sendo muitas vezes um importante instrumento para o ingresso no mercado de trabalho. Contudo, na medida em que a renda crescia, observou-se que, mais e mais, cursos e treinamentos passavam a fazer parte da rotina dos demais adultos, sobretudo daqueles com idade entre 25 e 39 anos. Entre os 50% com renda *per capita* mais elevada, a taxa de formação em qualificação profissional entre os indivíduos desta última faixa etária chegava a ser superior à dos jovens de 10 a 24 anos. Além disso, era também elevado o nível deste indicador para as pessoas com 40 anos ou mais.

As taxas de formação em qualificação profissional por nível de instrução reiteram a estreita relação – e as condicionalidades – entre qualificação e escolaridade mostradas aqui e em outras pesquisas. Com efeito, esta relação mantém-se evidente mesmo com a incorporação dos cortes por renda, como a realizada neste estudo.

Os indicadores de anos médios de escolaridade segundo a participação em cursos e treinamentos para qualificação profissional também auxiliam na investigação da relação entre qualificação e escolaridade. Neste sentido, evidencia-se que, em todos os grupos de renda, as escolaridades daqueles que se qualificaram é sempre maior que as daqueles que não se qualificaram. Isto indica a existência de uma relação direta entre escolaridade e qualificação: quanto maior a escolaridade, maior a frequência em cursos e treinamentos para qualificação profissional. Ademais, também se constatou o crescimento na escolaridade na medida em que se consideram os maiores níveis de renda, sinalizando uma relação direta entre escolaridade (logo, também de qualificação) e rendimentos.

#### 4.2 Políticas de transferência de renda

Em 2006, entre os diversos programas de transferência de renda existentes, os mais representativos eram o Auxílio Gás, o Bolsa Escola e, principalmente, o Bolsa Família. Este último respondia por cerca de metade a três quartos do atendimento a famílias mais necessitadas. Observa-se que eram raros os domicílios contemplados por mais de um destes programas governamentais, e que o total de domicílios participantes era de apenas 11,9% no Aglomerado Urbano Sul, mas de 26,1% na região pernambucana.

Contudo, a amplitude da cobertura de iniciativas dessa natureza é mais bem visualizada mediante a incorporação dos percentis de renda familiar *per capita* na análise. Em ambas as regiões analisadas, cerca de 50% dos indivíduos pertencentes às famílias do grupo 1 participavam de algum desses programas. Também nos grupos 2 e 3, o percentual coberto por essas políticas não era desprezível.

Além do benefício do auxílio financeiro mais imediato para pessoas carentes proporcionado por esses programas governamentais, interessa investigar aqui seus impactos sobre fatores capazes de promover transformações em relação à capacidade de inserção dos assistidos no mercado de trabalho – se não no presente, ao menos no futuro próximo. Em relação à escolaridade – um dos indicadores fortemente associados à melhor inserção no mercado de trabalho –, percebeu-se entre os assistidos uma elevada frequência escolar de crianças e jovens de 7 a 24 anos, expressivamente maior que a das demais crianças e jovens, mormente entre aqueles do grupo 1. Tal comportamento diferenciado explica-se, provavelmente, não apenas pelo fato de o auxílio financeiro proporcionar mais condições de ingresso e manutenção de crianças e jovens na vida escolar, como também por a própria frequência escolar ser uma condição para o recebimento do benefício em programas de maior cobertura como o Bolsa Família e o Bolsa Escola.

Essa maior frequência escolar das crianças e jovens das famílias assistidas por programas de transferência de renda parece se dar pelo aumento da parcela de estudantes inativos. Isto decorreu da retirada destas crianças e jovens do mercado de trabalho, os quais antes provavelmente estavam inseridos em ocupações precárias.

#### 4.3 Acesso ao crédito pelos empreendedores

Pouco mais da metade dos empreendedores nas regiões do Aglomerado Urbano Sul e Caruaru e entorno eram possuidores de pequenos negócios e trabalhavam sozinhos. Além destes, uma faixa entre um terço e um quarto dos outros negócios referia-se a empreendimentos conduzidos apenas com ajuda de familiares e/ou sócios. Portanto, a proporção de empresas com empregados ou de trabalhadores com outras formas de inserção era reduzida, não excedendo a parcela aproximada de 15%.



A média de rendimento que estes ocupados obtinham era maior nos empreendimentos com empregados ou outros ocupados. Ainda assim, estas médias eram de R\$ 1.470 no Aglomerado Urbano Sul de R\$ 1.433 em Caruaru e entorno – o que sugere tratar-se, mesmo nestes casos, de negócios relativamente modestos.

Em relação ao investimento, surpreende o fato de menos de 10% dos empreendedores terem obtido algum financiamento ou empréstimo nos últimos 12 meses. É certo que a capacidade e demanda por capitais de terceiros para expansão ou manutenção do negócio eram maiores nos empreendimentos maiores. Entretanto, mesmo nestes casos, a parcela de empreendedores que obtiveram empréstimo ou financiamento não ultrapassava em muito os 20%, o que sugere baixa alavancagem e propensão ao autofinanciamento.

A pesquisa proporciona alguns elementos para se compreender melhor essa elevada propensão ao autofinanciamento. Dos empreendedores que utilizaram apenas recursos próprios, em ambas as regiões analisadas, a maioria justificava este comportamento alegando que simplesmente não necessitava de outros recursos para conduzir o negócio. Deve-se considerar, porém, que a parcela a apontar falta de garantia ou custos elevados para obter recursos era maior em Caruaru e entorno (25,6%), provavelmente por estar inserida em uma economia mais pujante que a do Aglomerado Urbano Sul (14,4%).

A relação entre propensão ao autofinanciamento e pequena expansão da economia parece se evidenciar ainda mais por conta de as principais dificuldades dos empreendedores referirem-se mais aos fatores identificados com um mercado desaquecido que propriamente à falta de capitais. Isto sugere que, num cenário de maior dinamismo econômico, poderia haver aumento da demanda por financiamento e empréstimos, em que pesem os juros elevados.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em linhas gerais, os principais resultados das pesquisas demonstram que se reproduz no chamado interior brasileiro a heterogeneidade do espaço laboral metropolitano, registrada pela metodologia PED há mais de 20 anos. Em outras palavras, muitas das características observadas nos mercados de trabalho metropolitanos são compartilhadas também pelos aglomerados do interior brasileiro. Não obstante, de modo geral, também se verificou que regionalmente as áreas interioranas apresentam maior vulnerabilidade em seus mercados de trabalho.

Por um lado, os resultados das pesquisas contestam falsos estereótipos regionais ao identificarem um mercado de trabalho pujante em uma região do agreste nordestino – historicamente tida como uma área de repulsão populacional pela carência de oportunidades de trabalho e renda – e um mercado pouco dinâmico no interior do Rio Grande do Sul. Por outro lado, quando se compara a qualidade do trabalho nas duas regiões interioranas, sobressaem as características regionais mais amplamente evidenciadas pelos mercados de trabalho metropolitanos regionais, quais sejam: inserções ocupacionais mais frágeis e com menores níveis de rendimentos em Pernambuco que as encontradas no Rio Grande do Sul. Contudo, tais análises sinalizam que não é possível afirmar de maneira indiscriminada que há maior dinamismo nos mercados de trabalho não metropolitanos, uma vez que os resultados apontam forte heterogeneidade entre estes espaços regionais.

O crescente vigor dos mercados de trabalho das cidades médias e dos aglomerados não metropolitanos admoesta o incremento ou mesmo a criação de políticas públicas de trabalho

e renda nestes espaços para a mitigação da desigualdade social e o acesso mais equânime às oportunidades de trabalho e renda. Os dados da PED nas regiões pesquisadas do Rio Grande do Sul e Pernambuco sugerem a necessidade de se fazer um diagnóstico do estado atual destas políticas. Em relação à qualificação profissional, observa-se a necessidade de iniciativas que garantam maior acesso do segmento mais vulnerável da população aos cursos e treinamentos profissionalizantes.

As elevadas assimetrias de qualificação profissional observadas no presente devem se reduzir com o incremento exitoso de políticas de transferência de renda condicionadas à frequência escolar de crianças e jovens. Contudo, tais iniciativas parecem ainda tímidas frente às grandes disparidades de condições socioeconômicas e à elevada vulnerabilidade social de parte expressiva da população.

Por fim, os dados da PED indicam a existência de elevado comedimento dos empregadores e demais trabalhadores independentes em relação ao investimento nos seus empreendimentos, pois observa-se um baixo percentual de empreendedores que promovem alavancagem com financiamentos ou empréstimos. Este fato, que sugere ser arraigada a cultura do autofinanciamento, parece se justificar na baixa pujança do crescimento econômico brasileiro ao longo de pouco mais de duas décadas, assim como no elevado custo do capital, refletido sobretudo nos elevados juros praticados.

#### BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DIEESE. **Principais resultados das pesquisas piloto/PED:** Caruaru e entorno (PE) e Aglomerado Urbano Sul (RS). Objetivo F: Pesquisa Piloto em áreas especiais com metodologia da PED/Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 098/2005 e Primeiro Termo Aditivo. 104 p. São Paulo: Dieese, junho, 2007.

DIEESE/SEADE. **Relatório metodológico – análise dos resultados das pesquisas piloto PED:** Caruaru e entorno e Aglomerado Urbano Sul – Tomo III. Relatório de Pesquisa conforme Convênio MTE/SPPE/CODEFAT nº 098/2005 e Primeiro Termo Aditivo. Objetivo F: Pesquisa Piloto em áreas especiais com metodologia da PED. São Paulo: Dieese, junho, 2007.